

Proibido, mas tolerado

As transgressões, como invasão de área pública, têm complacência até do governo

Luiza Damé

“Pelo menos, eu não estou roubando”. Com essas palavras pesadas que se valem da venda de produtos contrabandeados e de vales-transporte, do jogo do bicho e das kombis-lotações, para garantir o sustento da família, justificam os seus atos ilegais. Afinal, elas são infrações menores em comparação a um crime maior — o roubo. Juntamente com as transgressões às leis de trânsito, invasão de áreas públicas e comercialização de lotesamentos irregulares, essas são as atividades proibidas mais presentes no cotidiano do brasileiro, ocorrendo às vistas e com tolerância das autoridades competentes.

O transporte de passageiros em kombis sem autorização do GDF é o principal exemplo de atividades proibidas, mas toleradas. Segundo o Código Nacional de Trânsito, é proibido o transporte remunerado quando o veículo não for licenciado para esse fim e não se pode parar junto aos pontos de embarque e desembarque de coletivos. Somente essas duas proibições dão condições ao Departamento de Trânsito (Detran) de cassar a carteira de habilitação dos motoristas e remover os veículos. Porém, o que se vê é cada dia aumentar o número de kombis-lotações em circulação pela cidade — que já são em torno de 1.200.

Nesse caso, conforme o diretor-geral do Detran, Dilson de Almeida, há uma tolerância tácita do GDF que reconhece as deficiências do sistema formal de transporte coletivo. Apesar de a Guerra do Golfo ter terminado há sete meses, o GDF ainda se vale da orientação do presidente Fernando Collor, para que os governos estaduais incentivassem o transporte alternativo como forma de reduzir o consumo de combustível, ao justificar a permissividade com relação às kombis.

Segurança

“A orientação é para que não se multe, nem se recolha a carteira por causa do transporte remunerado”, explicou o diretor do Detran, acrescentando que somente são apreendidos os veículos com problemas de segurança por falta de equipamentos. “Além de prestar um serviço à comunidade, essa atividade está sustentando muitas famílias”, argumentou. A Secretaria de Transportes já elaborou um projeto para regularização do transporte alternativo que será encaminhado à Câmara Legislativa, com restrições à idade da frota, número de passageiros transportados, necessidade de vistorias regulares e licitação. O projeto está sendo analisado pela Procuradoria do GDF.

Também está nas mãos do GDF a decisão sobre a regularização das invasões de áreas públicas e dos condomínios rurais. As invasões já estão sendo analisadas pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) que deverá aprovar a cobrança de taxa conforme a área utilizada.

Porém, na questão dos condomínios, o governo está engessado

entre três das mais duras legislações brasileiras — a de parcelamento do solo, a ambiental e o Código do Consumidor — e a carência de habitações para a classe média. A situação também está sendo estudada pela Procuradoria e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, amparadas ainda pela Lei 54/88 do Senado Federal que trata das exigências para regularização dos condomínios.

Exclusividade

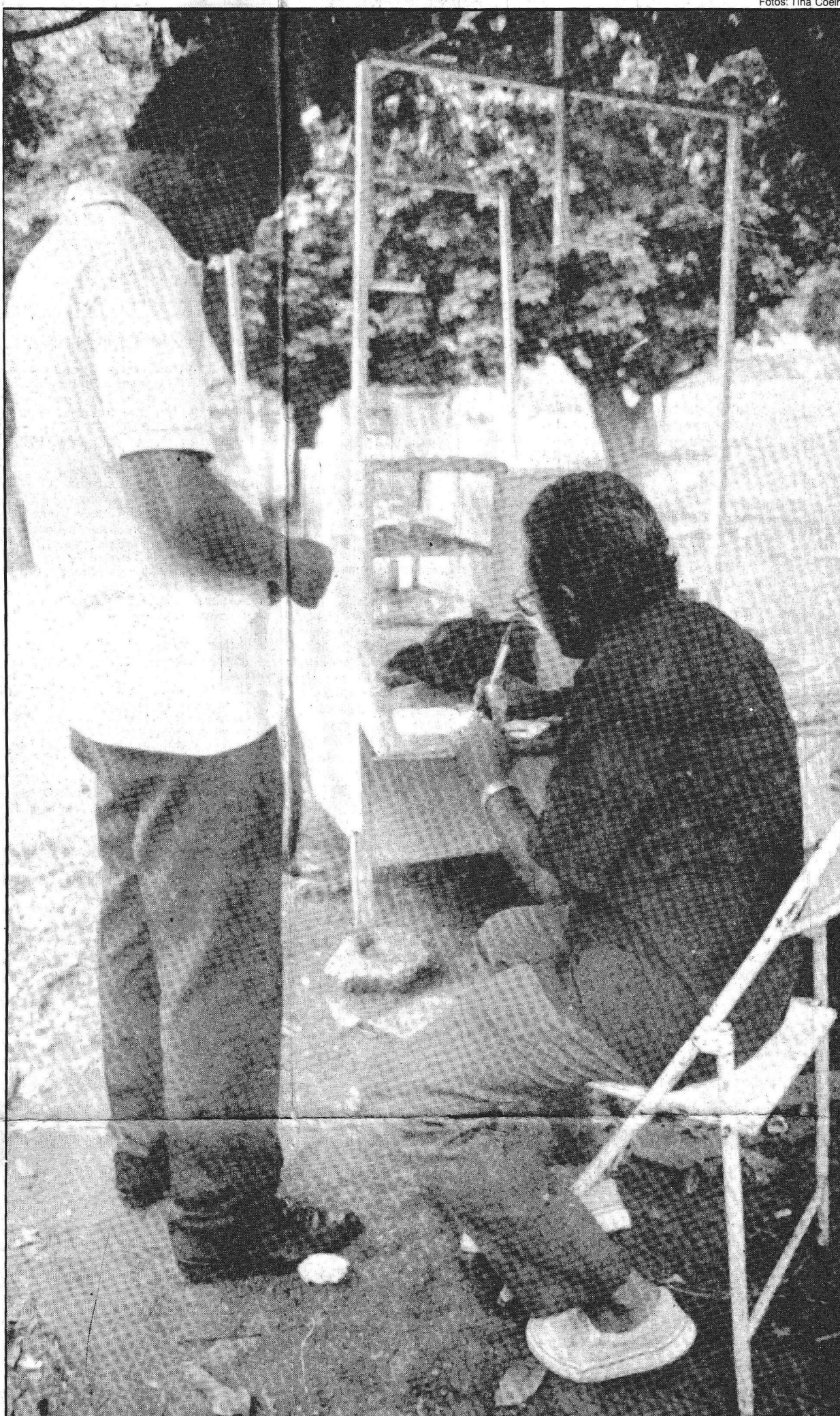
Embora a venda dos vales-transporte seja exclusividade do Banco de Brasília (BRB), a polícia não tem como coibir a comercialização irregular, pois não há pena para quem pratica esse ato. “Nós somente podemos autuar quando encontramos alguém vendendo vales falsificados ou roubados”, disse o delegado-chefe da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas (DCDP), Carlos Augusto da Silva. Na sua opinião, a comercialização paralela é ética, pois não foi para esse fim que se instituiu o vale.

No entanto, quem vive do comércio dos vales não está muito preocupado se a prática é ética ou não. “Todo mundo ganha um pouco: nós, os cobradores e quem vende”, concordaram quatro cobradores demitidos por causa da venda dos vales, mas que continuam atuando na Rodoviária. Eles contam que comprem os vales mais baratos dos servidores públicos — que descem a Esplanada a pé — e repassam para os cobradores que vendem aos usuários. Todos já foram presos por essa prática, mas liberados em seguida. “Não há pena prevista para esses casos”, informou Carlos Augusto.

Jogo do bicho

Também responsável pela repressão ao jogo do bicho, Carlos Augusto garantiu que em média faz 18 autuações por mês. Mesmo assim, os bicheiros estão espalhados por toda a cidade e podem ser facilmente reconhecidos “trabalhando” nos becos das entrecruadas do Plano. “Até policial joga aqui”, contou um vendedor do jogo do bicho que trabalha há oito anos no mesmo ponto e já foi preso uma vez. “Paguei fiança e saí”, lembrou bem-humorado, acrescentando que tira até Cr\$ 200 mil por mês — “o suficiente para sustentar a família”.

Combater a venda de objetos contrabandeados, principalmente do Paraguai, é outra missão quase impossível — desta vez a cargo da Polícia Federal. Após a retirada dos vendedores ambulantes do Setor Comercial Sul, as banquinhas começaram a proliferar ao longo da W3 Sul. Segundo o superintendente da PF em Brasília, Roberto Motta, as batidas continuam, mas mais centradas na periferia — em especial na Ceilândia e Taguatinga —, juntamente com as administrações regionais. Além disso, ele destaca que o objetivo não é prender os vendedores — “que estão tentando sobreviver” — e sim os responsáveis pelos depósitos que fornecem o material.



Apesar de ser contravenção, o jogo do bicho é praticado abertamente em vários pontos da cidade